

## RELAÇÕES DE TRABALHO E IDENTIDADE PROFISSIONAL

Alberto Albuquerque Gomes<sup>1</sup>

A globalização e seus impactos sobre as vidas individuais e coletivas tem sido objeto de inúmeras reflexões que se desdobram em novas teses que ora advogam que o fenômeno é recente, datado das décadas posteriores a Segunda Grande Guerra, ora que se trata de fenômeno de origens medievais, cujo principal indicador foram as grandes navegações.

O fato é que ao longo das três últimas décadas temos testemunhado as implicações e reflexos das novas políticas, denominadas neoliberais, geradas no contexto da globalização. Pode-se afirmar que no século XX, notadamente após a Segunda Grande Guerra, assistimos o desdobramento e a aceleração da revolução científico-tecnológica graças à introdução de novos potenciais energéticos. Além disso, o abandono do padrão-ouro (padrão inglês) como mecanismo de sustentação cambial, provocou a liberalização dos mercados, o que gerou novos fluxos de capital livres dos controles tradicionais; o efeito imediato foi a difusão desses capitais no mercado mundial, tarefa facilitada pela ausência de fronteiras nacionais. (SEVCENKO, 2000). Paralelamente, a revolução microeletrônica, consolidada pela rede de satélites e pela World Wide Web beneficiou os *traficantes de capital* que passaram a atuar em ciclos de 24 horas movimentando fabulosas quantias de recursos através da rede mundial de computadores.

Levando em conta esse contexto, reelaborar os modos de vida tornou-se condição inexorável. Ou seja, as agendas tiveram que ser reescritas indicando novas prioridades. Com relação à família, por exemplo, estabeleceu-se como primeiro ponto de pauta a questão do planejamento familiar e a escolarização dos filhos. Com relação à economia a melhoria de indicadores como PIB, cotação de moeda, índices de inflação e desempenho da balança comercial tornaram-se prioridade.

---

1. Professor Assistente Doutor – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista – Pres. Prudente – São Paulo – Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES em Estágio de Pós-Doutoramento junto à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (2003/2004). alberto@prudente.unesp.br. Membro da UID - Observatório de Políticas de Educação e de Contextos Educativos da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Apoio da **Fundação para o Desenvolvimento da UNESP – FUNDUNESP**.

Evidentemente que a educação escolarizada não foi esquecida: índices de aprovação e evasão, relação custo benefício, educação como investimento na qualidade da força de trabalho se tornaram termos correntes quando se trata da escola.

Evidentemente que esta inversão de pauta repercute não só no cotidiano dos indivíduos como também nos cotidianos coletivos, materializando-se na construção de novas legislações e novas políticas. Segundo Saint-Arnaud & Bernard (2004, p. 499),

Os imperativos de desempenho econômico e eficiência e a globalização de trocas são citados freqüentemente por governos que buscam justificar reduções nas despesas de seus programas sociais enquanto eliminam déficits de orçamento e encorajando assim os investimentos estrangeiros. Esses cortes têm como conseqüências o declínio da eficiência do sistema de cuidados médicos (Maioni, 1996) e a polarização de renda de emprego entre os membros mais ricos e os membros menos favorecidos da sociedade, à custa das classes médias (O'Connor, 1997; Jesuit na Smmeding, 2002).

Segundo Sevckenko (2000), o lado mais perverso da história foi o modo como o processo de mudança política e econômica, encabeçado pelas lideranças conservadoras que ascenderam à cena em meio à crise do petróleo de meados dos anos 1970, aprofundou as desigualdades sociais resultando em desemprego, miséria, violência, devastação ambiental, etc. Essas mudanças políticas e econômicas, principalmente a liberalização dos mercados resultaram num prejuízo incomensurável para as sociedades baseadas em sistemas de bem-estar social, uma vez que visivelmente, os Estados-Nação perderam autonomia e capacidade de controle sobre o fluxo de capitais especulativos<sup>2</sup> e grandes corporações que se fortaleceram a ponto de determinar a esses Estados o controle da inflação e do Orçamento.

Essa descrição nos dá a idéia da falta de capacidade decisória do Estado-Nação, evidenciada pela ingerência dos organismos de financiamento que se traduz em políticas de enxugamento de verbas destinadas a políticas públicas sociais, privatização de empresas públicas, mobilidade e flexibilização dos fluxos de capitais.

---

2. Segundo Frigotto (1999), estamos diante de um processo de globalização com uma velocidade sem precedentes viabilizada por novas tecnologias microeletrônicas, informacionais e energéticas e com formas de exclusão, também sem precedentes, sustentadas pela ideologia e políticas neoliberais. Trata-se de políticas fundamentalmente orientadas para garantir os lucros do capital financeiro, em sua maior parte especulativos. A magnitude dessa especulação pode ser indicada no fato de que para *"cada cem dólares que circulam diariamente no globo apenas dois pertencem à economia real"*.

O cenário desenhado sinaliza não só a mudança de rumos das políticas econômicas, mas a crise em que mergulham os Estados Nacionais. Essa crise foi a justificativa para que emergisse e se fortalecesse um ideário (ou seria uma ideologia?) que se tornou hegemônico, pois aparentemente explicava a crise e dava soluções para ela ao eleger como bode expiatório da crise fiscal, os gastos com políticas públicas, notadamente aquelas voltadas para a previdência social, saúde, educação, segurança, etc.

O neoliberalismo torna-se hegemônico, no momento imediatamente posterior ao fim da guerra fria, quando parece demonstrado a ineficiência de economias centradas no Estado (Socialismo soviético) e observa-se uma reorganização geopolítica mundial. A tônica então, passa a ser os debates sobre o enxugamento do Estado, reengenharia da burocracia pública e redução dos gastos públicos. O neoliberalismo é, portanto, uma ideologia que surge como resposta à crise do estado nacional provocada, em grande medida, pela liberalização dos mercados e interligação das economias por meio do comércio e das novas tecnologias. Se por um lado, o liberalismo clássico tinha como meta assegurar os direitos do homem e do cidadão e a garantia da democracia política, o neoliberalismo defende os direitos do consumidor e transforma a democracia política numa democracia econômica: a democracia deixa de ser um conceito político e passa a ser um conceito puramente econômico. O cidadão, numa democracia econômica passa a ser aquele que pode consumir.

A lógica que sustenta o neoliberalismo é de que a economia é auto-regulável, capaz de administrar a crise por si mesma, sem a necessidade de intervenção do Estado. E para que isso aconteça em todos os quadrantes do planeta é preciso criar uma *pedagogia econômica*, cujos *pedagogos* são os técnicos dos grandes organismos internacionais – Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial – para citar somente os mais proeminentes cuja função é *ensinar* principalmente aos países pobres ou em desenvolvimento a administrarem suas economias.

### **A educação no contexto da globalização**

Tradicionalmente, ao sistema público de educação tem sido delegada a função de preparar cidadãos para o Estado-Nação e uma força de trabalho disciplinada e confiável de acordo com os padrões fordistas. Na nova economia pós-fordista, inserida num contexto de globalização intensa, espera-se que este mesmo sistema seja capaz de preparar novos trabalhadores adaptáveis a regimes de trabalho flexíveis e a empregos precários.

Ou seja, a educação escolar é redirecionada para um projeto cuja finalidade precípua é preparar para o trabalho. Nesse sentido, há enorme interesse por parte do mundo empresarial de que a escola se reorganize para preparar uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. Esta nova profissionalização sustenta-se numa formação de carácter geral, na qual o domínio de técnicas e linguagens de informática adquirem relevância. Valorizam-se as técnicas de organização, o raciocínio de dimensão estratégica e a capacidade de trabalho cooperativo.

Considerando-se que na sociedade contemporânea a ciência se transforma em capital técnico-científico, (Apple, 2004), e que as grandes empresas controlam a produção científica e colocam-na a seu serviço de diversas formas, seja pelo controle de patentes, seja controlando os espaços de produção científica, não é difícil vislumbrar os impactos sobre o sistema educacional.

Além disso, a escola teve aprimorada a sua função ideológica de adequação e reprodução das ideologias dominantes, através de um forte controle sobre seu funcionamento, na forma de imposição de políticas, programas e currículos definidos de fora para dentro, normalmente a partir de orientações de organismos internacionais.

Esta retórica tão bem construída ressalta um paradoxo entre o antigo sistema educacional e as novas exigências do mundo globalizado: os sistemas nacionais de ensino tornaram-se anacrônicos e obsoletos, pois os governos nacionais não têm mais condições de assegurar o controle sobre estes, gerando um clima de pessimismo em relação à escola, tornando-a, junto com os professores, alvos preferenciais das políticas neoliberais, pois são vistos como “buracos negros” que sorvem e desperdiçam os recursos públicos.

Outro paradoxo é que ao mesmo tempo em que houve melhorias e expansão das redes públicas de ensino, assegurando acesso mais amplo de grupos sociais tradicionalmente marginalizados da escola, há uma perversa diminuição de recursos destinados à escola pública, resultando numa perda de qualidade do ensino e do trabalho docente, levando os setores mais abastados a procurarem as escolas particulares em busca de qualidade e competitividade para seus filhos.

Podemos então destacar as seguintes características do sistema escolar num contexto globalizado:

- Mudança de um sistema adequado ao modelo fordista de produção, hierarquizado e localizado para adequar-se a um modelo em rede caracterizado pela dispersão e flexibilidade;
- Ênfase num modelo de ensino-aprendizagem baseado na formação de caráter geral, valorizando domínio de técnicas e linguagens de informática, técnicas de organização, raciocínio de dimensão estratégica e a capacidade de trabalho cooperativo;
- Foco sobre o papel da comunicação e da informatização como parte do complexo processo de produção do conhecimento.

### **As transformações do mundo do trabalho**

Dentre as várias conseqüências advindas do processo de globalização intensificado após a Segunda Grande Guerra, as transformações do mundo do trabalho são as que alteram profundamente as condições de vida da maior parte da população mundial. Antunes & Alves (2004) descrevem com bastante propriedade quais são essas conseqüências. Segundo estes autores, o mundo do trabalho foi profundamente alterado, incorporando de forma precária um significativo conjunto de sujeitos anteriormente excluídos do mercado de trabalho. A classe trabalhadora compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário (Antunes & Alves, 2004).

As transformações que atingem a classe de trabalhadores podem ser assim descritas:

- Redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, característico do modelo taylorista-fordista.
- desregulamentação das relações de trabalho diminuindo o número de empregos formais.
- A sociedade do trabalho-emprego ou sociedade salarial (Frigotto, 1999), fundamentada em políticas de intervenção do Estado como forma de regulação social tem cedido lugar a um processo de desmonte da sociedade salarial como resultado da "vingança do capital contra o trabalho" mediante as políticas neoliberais associadas ao monopólio da tecnologia, desregulação do capital e globalização excludente.
- Na contramão do desmonte da sociedade do emprego, há uma tendência de aumento de um novo proletariado fabril e de serviços, presente nas diversas modalidades de trabalho precarizado (terceirizados, subcontratados, *part-time*), entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global.
- Aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado.
- Exclusão de jovens que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, engrossam as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural ao mesmo tempo em que ocorre também a exclusão dos trabalhadores considerados idosos com idade próxima dos 40 anos.
- O surgimento e avanço do Terceiro Setor como alternativa ao desemprego estrutural. Este setor, de durabilidade duvidosa, exerce um papel funcional no mercado de trabalho ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital e abandonados pela desmontagem do *Welfare State*. Em suma: se o “Terceiro Setor” vem incorporando trabalhadores (as) que foram expulsos do mercado de trabalho formal e passam a

desenvolver atividades não-lucrativas e não-mercantis. (Antunes & Alves, 2004, Frigotto, 1999)

### **Globalização e novas formas de trabalho**

O que temos observado é que termos como economia global, competitividade, internacionalização das relações econômicas e sociais, sociedade da informação são cada vez mais frequentes na retórica de governantes e mandatários de diversas nações. A globalização e suas diversas facetas têm provocado mudanças estruturais nas sociedades e profundas transformações na tessitura social e nas formas como os cidadãos se ajustam a essa nova vida.

Freqüentemente, os imperativos de desempenho econômico, eficiência, racionalidade, etc., são invocados como justificativa para remanejamento ou redução dos gastos com programas sociais, nomeadamente saúde e educação.

A estratégia mais eficiente tem sido o descrédito progressivo de instituições públicas em geral e a supervalorização de empresas privadas como sinônimo de eficiência e racionalidade.

Algumas das conseqüências da aplicação desse discurso à “reengenharia” das políticas públicas têm se evidenciado nos últimos anos do século XX e início do século XXI: aprofundamento das desigualdades entre economias centrais e periféricas; desregulamentação e privatização dos serviços até então sob responsabilidade do Estado (saúde, educação, previdência social, etc.); aumento da produção de riquezas e do desemprego estrutural; fragilização do movimento sindical; redução dos níveis salariais e ampliação dos bolsões de pobreza e desigualdade social nas periferias das grandes cidades e nas periferias do sistema econômico (alguns países africanos e asiáticos).

No que diz respeito à educação e formação de profissionais docentes, os impactos da reconstrução das políticas públicas evidenciam-se nas representações cada vez mais negativas sobre a educação como forma de emancipação e sobre a função docente, num ambiente conflagrado pelas disputas e pelas desigualdades sociais que não se mantém fora da escola.

Assiste-se o desmantelamento de um modelo de sociedade construído no período pós-guerra (1945 – 1970), cujos pilares foram os valores democráticos, o binômio emprego-salário e o bem estar social. Neste modelo de sociedade, de alguma forma se garantia ao trabalhador, a partir de sua escolha profissional, a construção de um patrimônio - não necessariamente material – mas um patrimônio composto de uma profissão, garantia de aposentadoria, direitos sociais como saúde e educação, etc.

O acesso à educação escolarizada fazia parte das representações sobre sucesso profissional e ascensão social. Ser professor, por exemplo, foi uma alternativa de mobilidade social para muitos jovens de classes populares e classes médias baixas. A escolarização era vista como o único patrimônio que muitas famílias podiam deixar a seus filhos.

### **A construção de identidades sociais**

O que significa identidade? Poderíamos definir identidade como um conjunto de características pelas quais alguém pode ser reconhecido. Do ponto de vista sociológico, identidade pode ser definida como:

Características distintivas do carácter de uma pessoa ou o carácter de um grupo que se relaciona com o que eles são e com o que tem sentido para eles. Algumas das principais fontes de identidade são o gênero, a orientação sexual, a nacionalidade ou a etnicidade, e a classe social. O nome é um marcador importante da identidade individual, e dar um nome é também importante do ponto de vista da identidade do grupo. (Giddens, 2004, p. 694)

Entendemos que a identidade social é construída pelos sujeitos sociais de uma perspectiva interacionista, na qual as expectativas que os membros do grupo têm sobre os papéis a serem desempenhados pelos sujeitos constituem os pilares de sustentação. Em outras palavras, a aceitação de determinada identidade social supõe que haja interação entre os sujeitos na sua construção e partilha, assegurando assim um compromisso do/com o grupo, definindo os sentimentos de pertença social que sustentam a existência do grupo.

Ou seja, a identidade possui simultaneamente uma dimensão individual, isto é, as idéias, concepções e representações que construímos sobre nós mesmos; e uma dimensão coletiva,

isto é, os papéis sociais que desempenhamos em cada grupo do qual pertencemos (familiar, profissional, escolar, religioso, etc.). Para a construção da identidade, portanto, concorrem dois processos distintos, a saber: um processo autobiográfico (a identidade do eu) e um processo relacional (a identidade para o outro). (Dubar, 1991)

Em outras palavras, o conteúdo das identidades sociais construídas no interior de um grupo social define as diversas dimensões das comparações sociais, que reforçam o sentido dessa identidade, ou seja, as identidades sociais estão marcadas pelas semelhanças entre si. Normas típicas do grupo como atitudes e comportamentos explicitamente reconhecidos como valores coletivos são formas relevantes de expressão da identidade de seus membros. Isso quer dizer que nossas identidades se configuram no nosso sentimento de pertença a determinados grupos levando-nos a agir prioritariamente em termos dos interesses coletivos.

### **Identidade profissional**

Quando tratamos de sujeitos sociais que partilham espaços, tempos e representações sociais na/sobre a escola, não podemos deixar de considerar que o contexto mais amplo em que cada um dos sujeitos está inserido interfere profundamente em suas expectativas e percepções.

Queremos dizer com isso que todo o processo descrito na introdução desse artigo, marca indelevelmente a forma como os atores que chegam à escola - sejam professores ou alunos - vêm a escola e os sujeitos que a povoam. Assim, a antiga imagem de um professor como símbolo da autoridade e da providência moral tem sido substituída pela imagem de um adversário a ser derrotado pelo aluno; a imagem da escola como ambiente seguro onde crianças e jovens poderiam desenvolver os valores morais e democráticos é substituída pela imagem de um território conflagrado; a imagem do aluno como aprendiz dócil a ser encaminhado para vida em sociedade é substituída pela imagem de um aluno rebelde, problemático, portador de todos os vícios e de nenhuma virtude. Os extremos dessas “representações” não deixam dúvidas de que as expectativas

em relação à escola, alunos e professores mudaram radicalmente. Essas mudanças podem ser explicadas a partir de três aspectos: 1. a identidade dos professores deve ajustar-se à concepção de educação da nação; 2. uma das formas de acompanhar a escola e os professores é a criação de mecanismos, através do discurso oficial, que sejam capazes de monitorar a identidade dos professores; 3. a identidade de professores pode, de forma sub-reptícia, ser manobrada a favor de interesses que não são necessariamente dos próprios professores e dos demais sujeitos que partilham o espaço escolar. (Law, 2001)

Parece que esse caminho é excessivamente tortuoso, se não considerarmos que a ação profissional do professor está condicionada por uma série de outros fatores e inserida num processo muito mais amplo que o seu espaço/tempo de atuação. Evidentemente que não pretendemos ignorar que os problemas advindos das dificuldades na interação social com as comunidades onde trabalha, a insatisfação com as condições de trabalho, baixo reconhecimento social, sentimentos de insegurança em relação à sua integridade física afetam diretamente o trabalho do professor. Porém, esses fatores não podem ser os únicos indicadores para analisarmos uma suposta crise de identidade profissional do professor. Há outros indicadores a serem considerados, como por exemplo, crenças, valores éticos e morais, representações construídas/adquiridas sobre ser professor, etc. Isso significa que devemos considerar que a formação de um professor, e conseqüentemente a construção de sua identidade profissional, resulta de um processo de construção de múltiplas identidades que repercutem direta e significativamente no fazer docente. Além disso, não se pode perder de vista outras implicações desse processo, como por exemplo, as políticas públicas e a forma como o Estado lida com seus professores.

Law (2001, p. 120) ao analisar as formas como as identidades profissionais de professores são fabricadas, demonstra esse fato. Segundo o autor,

[...] à medida que, neste século [XX], o sistema da “escola de massas” se foi desenvolvendo e se tornou significativo, no âmbito do planejamento do Estado, a produção de uma identidade fidedigna

do professor também se tornou relevante. Este facto constituiu um problema em vários aspectos: primeiro, para o seu sentido enquanto colectivo – os professores cresceram em número e, por vezes, encontram-se em grupos alargados; segundo, para o seu posicionamento social – os professores do Estado eram um grupo socialmente instável, com baixos rendimentos, mas, com formação superior; terceiro, para os seus deveres e obrigações – os professores eram vistos como exemplos morais, quase missionários ou servos civis; finalmente, para o seu processo de trabalho – os professores tinham de ser regulamentados e eficientes [...]

Outro aspecto a ser considerado é que o tipo de formação que recebe o profissional da educação, pretensamente o prepara para atuar no mesmo sentido do Médico, do Engenheiro e de outros profissionais, pois tem acesso a conhecimentos profissionais especializados; a aspectos específicos da ética profissional (Deontologia) e o sentido de responsabilidade e compromisso profissional. Ou seja, a formação recebida faz com que o professor construa sobre si uma representação positiva reforçando uma noção de superioridade intelectual em relação aos demais sujeitos que atuam no ambiente escolar.

Isso demonstra como as representações que os professores constroem sobre si e suas práticas vão se cristalizando, tendendo a ser contraditas pelas representações que os usuários da escola fazem sobre o professor. O confronto entre esses consensos – o consenso dos grupos profissionais sobre si e sua prática e o consenso que os usuários de determinado serviço fazem sobre esses grupos profissionais e suas práticas – tende a gerar um conflito que pode resultar em graves consequências: de um lado, o grupo profissional tende a se fechar corporativamente, agindo sempre em autodefesa; de outro lado, os usuários dos serviços prestados por esse grupo, tendem a se tornarem mais agressivos e impacientes com a suposta incompetência e insuficiência dos serviços prestados.

Em síntese, sem pretender apresentar todas as respostas ao problema, entendemos que a sobrecarga; o isolamento e o pensamento de grupo são aspectos cruciais nos enfrentamentos que ocorrem entre professores e alunos/pais de alunos que podem gerar uma crise de identidade do professor. Ou seja, mesmo admitindo-se que a suposta crise profissional do professor insere-se numa crise mais ampla da sociedade contemporânea, é inegável que determinadas condições

internas da escola e próprias do trabalho docente podem contribuir para agravar ou minimizar os efeitos dessa crise.

Creio que assim fica demonstrada a necessidade de ampliarmos a discussão sobre a crise de identidade do professor para círculos mais amplos, isto é, considerá-la como uma crise inserida numa crise mais ampla, como nos sugere Law (2001, p. 127-8):

Estando o edifício do Estado-nação a mudar as suas idéias, a gestão da identidade do professor, quer para o controlo, quer para a mudança (pela inserção tecnológica) tornou-se a nova crise. Parecem ser mudanças significativas as que surgem no modelo corrente. Pelos anos 80, a identidade do professor estava tranquilamente limitada pelas paredes da sala de aula. A idéia do professor tinha sido extorquida do seu carácter de reconstrução social e dos elementos que apelavam ao facto de serem profissionais responsáveis. Hoje em dia, a sua eficácia é julgada em função da sua capacidade para se manter no interior das simbólicas paredes da sala de aula e de não se comprometer com valores do mundo alargado [...] O professor é agora um trabalhador da escola, com deveres para além da sala de aula, sobre os quais serão inspeccionados [...]

## BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Ricardo & Alves, Giovanni. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Consultado em 30 de maio de 2006.
- Apple, Michel W. (2004) Entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo: a educação e conservadorismo em um contexto global. In: Burbules, N.C. & Torres, C. A. (Ed.). *Globalização e educação: perspectivas críticas* (tradução de Ronaldo Cataldo Costa). Porto Alegre: ArtMed, p. 45-57.
- Cortesão, Luiza. (2002) *Ser professor: um ofício em risco de extinção?* São Paulo: Cortez/IPF.
- Dubar, C. (1991). *La socialisation. Construction des identités sociales e professionnelles*. Paris, Armand Colin.
- Ferreol, G. (1995). *Dictionnaire de Sociologie* (3 ed.). Paris: Armand Colin.
- Fiori, José Luís. Poder global e nação: o debate conservador. Disponível em <http://www.jubileubrasil.org.br/artigos/fiori2.htm>. Consultado em 25 de julho de 2005.
- Frigotto, Gaudêncio. (1999). Globalização e Crise do Emprego: Mistificações e Perspectivas da Formação Técnico-Profissional. *Boletim Técnico do Senac*. 25: 1-32 p.
- Giddens, A. (2004). *Sociologia* (4 ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ianni, Octavio. (1996). *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Law, M. (2001). Os professores e fabricação das identidades. *Currículo sem fronteiras*. V. 1, n. 2, pp. 117-130, jul/dez.
- Morrow, R. A., Torres, Carlos. A. (2004). Estado, globalização e políticas educacionais. In: Burbules, N. C. & Torres, C. A. (Ed.). *Globalização e educação: perspectivas críticas* (tradução de Ronaldo Cataldo Costa). Porto Alegre: ArtMed, p. 27-44.

- Saint-Arnaud, Sébastien & Bernard, Paul. Convergência ou resiliência? Uma análise de agrupamento hierárquico dos regimes de bem-estar em países avançados. *Current Sociology*. 5, 499-527.
- Sampaio, Maria das Mercês F. & Marin, Alda J. (2004) Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1203-1225, Set/Dez. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Consultado em 30 de maio de 2006.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.). (2001) *A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização: modernização econômica, social e cultural*. Porto: Afrontamentos,.
- Sevcenko, Nicolau. (2000) Concentração de riqueza será maior desafio. Edição 26.205 Domingo, 31/12/2000 MUNDO Folha de São Paulo.
- Teodoro, António. (2002). *Globalização e educação*. São Paulo: Cortez/IPF.
- Torres, C. A. (2001). *Democracia, educação e multiculturalismo. Dilemas da cidadania em um mundo globalizado*. Petrópolis: Vozes.